



# O DISCURSO ANTICOMUNISTA NO LIVRO ORVIL - AS TENTATIVAS DE TOMADA DE PODER

**Palavras-Chave:** anticomunismo; militares; ditadura; discurso.

**Autores(as):**

Ana Julia Bacce Kuhl [IFCH/UNICAMP]

Prof. Dr André Kaysel Velasco e Cruz (orientador) [IFCH/UNICAMP]

---

## INTRODUÇÃO:

A pesquisa teve como objetivo analisar o discurso anticomunista presente no livro “As tentativas de tomada de poder”, popularmente conhecido como Orvil (anagrama de livro), elaborado pelo Centro de Informações do Exército durante os primeiros anos do processo de abertura política pós ditadura militar. O projeto foi elaborado como uma tentativa de resguardar a imagem das Forças Armadas, acusadas de diversos crimes durante a ditadura, utilizando os dados dos setores de inteligência do Exército para a construção de uma versão baseada no ponto de vista da corporação, relacionando os ideários castrenses ao discurso anticomunista. Ao longo das páginas, o livro retrata os militares como heróis que travam uma constante luta contra a esquerda revolucionária, seja por meio da luta armada ou pela disputa ideológica. Para formar essa narrativa, ao longo dos capítulos são levantados diversos episódios de atos terroristas dos militantes de esquerda, bem como trechos de discursos e escritos de Lênin, Marx e Engels que, na visão dos militares, seriam exemplos de estímulo a violência e à deturpação dos valores cristãos ocidentais.

Após um período mergulhado na obscuridade, o ORVIL veio a público por meio da internet e, desde então, passou a servir como uma espécie de manual para a extrema direita. Para melhor compreender o emprego do discurso anticomunista na obra, foi utilizado o método da Análise de Discurso a fim de identificar elementos relacionados à Doutrina de Segurança Nacional, Guerra Revolucionária, Marxismo Cultural, Gramscismo e Revolução Gramsciana, visto que a compreensão desses elementos no discurso é basilar para que haja o entendimento dos objetivos do emprego do discurso anticomunista.

## METODOLOGIA:

O Orvil, disponibilizado desde 2007 na internet, foi utilizado como fonte primária da pesquisa. A edição analisada é composta por dois tomos e é dividida em quatro partes, cada qual referente a uma

tentativa de tomada de poder. Nas páginas iniciais do primeiro tomo, encontra-se um prefácio denominado “uma explicação necessária”, onde há a justificativa do recorte temporal encontrado na obra, além da menção às quatro tentativas de tomada de poder como eixo estrutural da narrativa. Logo em seguida, há uma introdução intitulada “a violência em três atos”, onde são narrados três episódios de “atos criminosos” praticados por guerrilheiros. A edição também conta com um sumário para cada tomo, onde são identificados as partes, os capítulos e as sessões, intercalando entre a história do comunismo, o movimento comunista no Brasil e os grupos subversivos de esquerda e suas ações.

Após a leitura inicial e os primeiros apontamentos, foi possível identificar os principais pontos mencionados ao longo da obra e como eles se relacionam com as noções de Marxismo Cultural, Gramscismo e Revolução Gramsciana e com a Doutrina de Segurança Nacional e Guerra Revolucionária. Pode-se destacar como suporte bibliográfico para a análise do discurso anticomunista, os escritos de Rodrigo Patto Sá Motta (2002), José Murilo de Carvalho (2005) e Samuel Huntington (1996) que auxiliaram a compreender o discurso anticomunista e a instituição militar. Para compreender a Doutrina de Segurança Nacional e a Guerra Revolucionária, foi interessante para a pesquisa os trabalhos de Joseph Comblin (1978), Rodrigo Nabuco Araújo (2017), Cláudia Stephan (2016) e Luís Reznik (2004). Na parte final da pesquisa, foram utilizados autores como Álvaro Bianchi e Daniela Mussi (2022) e Kerry Raymond Bolto (2018) para compreender o marxismo cultural e a revolução gramsciana.

A análise foi realizada a partir da metodologia da escola francesa de análise de discurso, levando em conta os fatores extralinguísticos e considerando o texto em sua opacidade significativa. O Orvil não se categoriza como uma obra fruto de um só autor, mas sim como um trabalho coletivo que representa o discurso de uma instituição; por conseguinte, é de grande utilidade a teoria de Michel Pêcheux (1988), que categoriza os sentidos do discurso como passíveis de deslocamento ou ressignificação conforme a época ou o contexto em que ele circula. Durante a análise de discurso de uma fonte de importância histórica e política, onde prevalecem memórias discursivas hegemônicas, é essencial uma investigação que circule entre os campos sociais, históricos e ideológicos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO:**

Os primeiros capítulos do ORVIL que se aprofundam na primeira tentativa de tomada de poder (a “intenção comunista” de 1935), propõem-se a rastrear a origem do comunismo, bem como as primeiras atividades dos partidos comunistas no Brasil. Em diversos momentos citam trechos de escritos e discursos de figuras como Marx, Lênin e Mao, assim como faziam os próprios teóricos da doutrina da Guerra Revolucionária, uma vez que era preciso entender a tática do inimigo para combatê-lo de igual para igual. Nesses primeiros capítulos, o foco é nas atividades do PCB e na formação do pensamento do partido (FILHO, 2008).

Logo em seguida, o livro aborda a segunda tentativa de tomada de poder: a suposta tentativa de golpe comunista durante o governo de João Goulart. Os autores afirmam que para combater a infiltração

da “indisciplina” na sociedade, as “forças democráticas” já se articulavam contra o governo que a promovia. É também pertinente mencionar a seção dedicada apenas às ligas camponesas, descritas como “a expressão mais explícita da tendência violenta do Movimento Comunista Brasileiro, antes da Revolução de 1964” (ORVIL, 2012, P.135), já rastreando também a formação das guerrilhas rurais, setor amplamente estudado pelo exército francês após a guerra da Argélia.

Nos capítulos seguintes, é descrita a movimentação do grupo responsável por articular o golpe de 64, composta por nomes como João Baptista de Figueiredo, Castelo Branco e o principal viabilizador da DSN no Brasil, Golbery Couto e Silva, mobilizados, segundo os autores, pela desordem causada pela infiltração comunista aliada ao abandono do plano econômico pelo governo. O grupo elaborou um plano defensivo fundamentado na Doutrina de Segurança Nacional e de Guerra Revolucionária, baseando-se nas premissas de estimular a resistência civil, preparar a própria resistência militar a influenciar políticos a se oporem às “proposições esquerdizantes” (ORVIL, 2012, p. 172). Fica claro que será a ESG e sua doutrina que elaborarão o plano político a ser seguido pelo governo militar após o golpe.

É na terceira parte, referente à terceira tentativa de tomada de poder, que os autores se estenderão mais profundamente. É sempre reafirmada a relação entre a os setores da defesa e da economia, atendendo aos pontos da DSN, além da ênfase do papel do “Poder Nacional” que, de acordo com Comblin, representa o conjunto de meios de ação dos quais o Estado pode dispor para impor sua vontade. Além disso, já no governo Castelo Branco surgem as primeiras denúncias de torturas por parte dos militares. De acordo com o livro, as denúncias eram falsas e nada mais seriam do que a típica propaganda político ideológica da esquerda, estratégia da Guerra Revolucionária, para desmoralizar a instituição.

Em seguida, começam a ser citadas as primeiras ocorrências de atentados relacionados à luta armada da esquerda. É abordado o processo de aperfeiçoamento dos órgãos de informação e das polícias secretas, trazendo extensos dados sobre os grupos subversivos, mas sempre deixando vago os métodos de interrogatório e de obtenção de informações. A Doutrina de Segurança Nacional foi essencial para a estruturação dos órgãos de informação e inteligência, pois forneceu-lhes uma síntese doutrinária que lhes faltava, além de incentivar que a área da defesa agisse em conjunto com todas as áreas do Estado, trocando informações e utilizando todos os recursos disponíveis. Muito de como agiram os órgãos de repressão no período remete às estratégias empregadas pelo exército francês na Argélia: a utilização da guerra psicológica, as torturas durante os interrogatórios, o extenso mapeamento do inimigo etc. Comblin, em seu livro, chega a citar o Comissário Sérgio Fleury, do DOPS, principal responsável pelo Esquadrão da Morte, como um caso onde o prestígio dos órgãos da inteligência e seus membros reflete na proteção e na notoriedade de seus membros.

Alguns capítulos do livro são dedicados a se aprofundar na criação e no funcionamento dos órgãos de informação. A OBAN (Operação Bandeirantes) foi criada com o objetivo de atuar como um

Centro de Coordenação que englobasse a ação de todos os órgãos de segurança e promovesse a integração dos diferentes setores, tornando assim mais efetivo o combate à subversão. É a partir daí que será iniciada a coleta de informações sobre o histórico e a organização dos grupos de esquerda no Brasil, além do aperfeiçoamento das técnicas de combate à guerrilha urbana e rural. Em 1968, após extensos estudos da doutrina de Guerra Revolucionária, foi criado o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) para coordenar as ações de repressão. De acordo com os organizadores do ORVIL, a “oportuna e eficiente” atuação dos CODI impediu que a guerra revolucionária evoluísse, mantendo-se na fase embrionária dos atentados, assaltos e demais atos terroristas.

Contudo, nos capítulos seguintes, os autores afirmam que, embora a batalha contra a subversão estivesse sendo vencida no campo militar, na área da comunicação e da opinião popular as Forças Armadas ainda falhavam. O argumento é que, preocupados demais em combater as guerrilhas, o exército não se preocupou em informar a população sobre a gravidade dos acontecimentos, fazendo com que a instituição perdesse o apoio das massas. Dessa forma, a população ficou vulnerável à campanha psicológica da esquerda que tratou de destruir a imagem dos militares e do governo, tanto no Brasil quanto no exterior, com as acusações de tortura e assassinatos. Entretanto, afirmam que foi graças às providências dos órgãos de combate à subversão que o país não chegou a conhecer o infortúnio das fases mais avançadas da guerra revolucionária, como ocorreu no Vietnã.

O último capítulo refere-se à terceira tentativa de tomada de poder e é uma avaliação crítica do período. Chama atenção a seção intitulada “Origens da guerra revolucionária e suas táticas”, onde é rastreado o surgimento da GR no movimento comunista por volta de 1921, quando teóricos marxistas desenvolveram uma nova doutrina de guerra não tradicional, dando ênfase ao preparo do organismo revolucionário e à conquista prévia do apoio popular. Nesse novo tipo de guerra, o foco inicial é o emprego da propaganda e de ações de cunho psicológico que “atuando de forma lenta, progressiva e insidiosa, busca introduzir a descrença nos governantes e nas instituições”. Posteriormente, as demonstrações de força, ataques terroristas, greves e distúrbios fariam o papel de estabelecer o clima revolucionário, agravando as insatisfações e promovendo a deturpação das instituições e dos valores morais.

A última parte do livro, relativa à quarta tentativa de tomada de poder, discorre basicamente sobre a tentativa da esquerda em transformar a derrota militar em vitória política. É na quarta tentativa que repousa a justificativa do ORVIL: alertar para essa nova investida da esquerda, onde o trabalho ideológico e psicológico seriam as principais armas. Nesse sentido, a pesquisa tem como seu último objetivo analisar mais profundamente a quarta tentativa de tomada de poder, visto que ela se relaciona, majoritariamente, aos conceitos de marxismo cultural e revolução gramsciana. Esses conceitos também foram identificados ao longo de todo o livro e serão analisados mais profundamente, especialmente quando disserem respeito à infiltração comunista ideológica no movimento estudantil e na Igreja.

## CONCLUSÕES:

Os resultados preliminares demonstram a forma com que o discurso anticomunista foi mobilizado para construir a narrativa pró ditadura revisionista. Os conceitos identificados ao longo do livro servem como suporte para justificar a intervenção do Exército no governo, as práticas de repressão e compõem uma espécie de guia para futuras ações contra a esquerda. A base ideológica atual da extrema direita apoia-se justamente nesses conceitos e manipula a narrativa e as memórias da ditadura militar a favor das Forças Armadas, o que faz do Orvil uma fonte de grande relevância para o contexto político atual.

## BIBLIOGRAFIA

ARAUJO, Rodrigo Nabuco. **Repensando a guerra revolucionária no Exército brasileiro (1954-1975)**. Historia y problemas del siglo XX | Año 8, Volumen 8, 2017

BIANCHI, Alvaro; MUSSI, Daniela. **Antigramscismo na América Latina: circulação e tradução de ideias**. Rev. Bras. Ciênc. Polít. 2022, n.37, e247343.

BOLTON, K.R. **Cultural Marxism: Origins, Development and Significance**. The Journal of Social, Political and Economic Studies. Volume 43, Number 3 & 4, Fall & Winter 2018.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

COMBLIN, Pe.J. **A Ideologia da Segurança Nacional: O Poder Militar na América Latina**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1978. ed. 2ª, 251 p.

FILHO, João Roberto Martins. **A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960**. Revista brasileira de ciências sociais - vol. 23 no. 67, junho de 2008

HUNTINGTON, Samuel. **O Soldado e o Estado. Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares**. Biblioteca do Exército Editora, 1996.

MOTTA, Rodrigo Pato. **Em guarda contra o perigo vermelho**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

**ORVIL: Tentativas de Tomada de Poder**. São Paulo: Schoba, 2012.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**. Campinas: Pontes, 1988.

REZNIK, L. **Democracia e Segurança Nacional: A Polícia Política no Pós-Guerra**. FGV: Rio de Janeiro, 2004.

STEPHAN, Cláudia. **A Doutrina da Segurança Nacional de Contenção na Guerra Fria: fatores que contribuíram para a participação dos militares na política brasileira (1947- 1969)**. Conjuntura Global, vol. 5 n. 3, set./dez, 2016, p.537-565